

## CONTEXTO

A partir da perspectiva dos direitos humanos, no período abarcado por este Informe, o contexto nacional se caracterizou por quatro aspectos essenciais: a realização de dois eventos eleitorais que ratificaram que o país se encontra eleitoralmente dividido em dois grandes blocos, com predomínio de partidos afins do governo; indícios de retrocessos em vários programas e políticas sociais governamentais; maior visibilidade da ineficiência do governo na gestão pública; incremento do protesto social e da criminalização do mesmo.

### **1.-O país continua fracionando em dois grandes blocos que procuram controlar espaços de poder.**

Durante os meses de novembro de 2008 e fevereiro de 2009 se desenvolveram duas importantes brigas eleitorais que se caracterizaram por um aspecto da regra de convivência democrática por parte dos distintos atores políticos e por uma ampla participação cidadã. No dia 23.11.08 se elegeram governadores e prefeitos, com uma alta vitória das forças políticas lideradas pelo presidente Chávez, as quais obtiveram 17 dos 22 governos e a prefeitura metropolitana em disputa<sup>1</sup>. Conseguiram, além disso, uma significativa vitória em quase todos os centros urbanos de maior população. No dia 15.02.09, a cidadania compareceu novamente às urnas para se pronunciar a favor ou contra uma emenda à Constituição que permitia a reeleição indefinida em todos os cargos públicos de eleição popular. Novamente, as forças de governo obtiveram uma vitória com uma diferença de um pouco mais de um milhão de votos<sup>2</sup>. É importante destacar que, durante as duas jornadas, o governo fez uso abusivo de todo o tipo de recursos do Estado e - contrariando a Lei do estatuto da função pública<sup>3</sup> - desdobraram nas instituições públicas abundante propaganda eleitoral sob a condução de funcionários

---

<sup>1</sup> As forças políticas do governo ganharam as eleições para eleger o governador nos estados: Apure, Anzoátegui, Aragua, Barinas, Bolívar, Cojedes, Delta Amacuro, Falcón, Guárico, Lara, Mérida, Monagas, Portuguesa, Sucre, Trujillo, Vargas e o estado Yaracuy. Os partidos políticos de oposição conseguiram ganhar os governos de Carabobo, Miranda, Nueva Esparta, Táchira y Zulia. Igualmente ganharam a prefeitura Metropolitana e a prefeitura do Municipio Sucre.

<sup>2</sup> □ Pela opção do SIM, promovida pelo governo, votaram 6.310.482 pessoas, o equivalente a 54,85% dos votos. A opção NÃO, impulsionada pela oposição, obteve o respaldo de 5.193.839 votantes, o equivalente a 45,14% dos votos.

<sup>3</sup> A Lei do Estatuto da Função Pública proíbe expressamente aos funcionários realizar propaganda, coação pública ou ostentar distintivos que os creditem como membros de um partido político, no exercício de suas funções.

de alta hierarquia. Porém, os dois processos eleitorais se caracterizaram por uma ampla e cívica participação da população e pelo respeito aos resultados emitidos pelo árbitro eleitoral, e, levando em consideração que em ambas conjunturas se reativou a forte polarização, se registraram poucos incidentes violentos.

Os resultados demonstraram que mais de cinco milhões de venezuelanos e venezuelanas se opõem à proposta política do governo. Uma cifra que o governo não deveria desprezar nem subestimar. O dado é importante, se considerarmos que as forças políticas que se apropriam do poder se impõem, usando diversas instituições do Estado, fechando espaços a distância para que, através dos mecanismos institucionais, se expresse e se manifeste seus pontos de vista e propostas, como se verá mais adiante.

A confrontação entre o governo e a oposição, em sua luta por ganhar espaços na estrutura do Estado e obter o apoio da população, se realizou com um intenso discurso e extensão propagandística por parte do governo, reivindicando o socialismo como alternativa para o futuro imediato do país, enquanto as forças de oposição apelaram, com freqüência, a um anacrônico discurso anticomunista e carecem de agenda social propositiva capaz de se conectar politicamente com as aspirações e reclamações das grandes maiorias populares.

Essa confrontação, que se realiza no marco da lei e se canaliza até o momento por vias democráticas, se produz com pouca abertura para o desenvolvimento do diálogo construtivo que permita conseguir consensos básicos para enfrentar graves problemas que incomodam ao conjunto da sociedade, tais como a crescente insegurança. A polarização política continuou permeando a vida do país com esporádicos, mas preocupantes, fatos de violência planejada, com amplas mobilizações em respaldo ou rejeição ao governo. Uma leve retomada se produziu como conseqüência de duas das conjunturas eleitorais e pela reativação do movimento estudantil crítico ao governo, que se mobilizou durante vários meses, questionando políticas ou medidas governamentais. Com freqüência, nos campus universitários se impuseram as formas não democráticas de resolver as diferenças políticas e ideológicas e se recorreu à violência para impedir debates, atividades culturais ou mobilizações. Grupos paramilitares, que se auto-

qualificaram como simpatizantes do governo, realizaram várias ações violentas contra meios de comunicação, eventos políticos ou contra dirigentes políticos<sup>4</sup>.

O presidente da república, com uma linguagem desqualificadora e ameaçadora contra as pessoas que o confrontam ou criticam, continuou agitando a polarização, encorajando a confrontação e fechando os espaços de crítica. Seu discurso alimenta uma lógica binária, que se reduz a considerar como “patriotas” quem o apóia e “marionete do imperialismo” quem se opõe. “Por isto, repito-lhes, homens e mulheres, juventude venezuelana: Os que querem pátria venham comigo! Os que venham comigo terão pátria! “Eles [...] representam o contrario à pátria, são a contra-bandeira, são a contra-Venezuela, são os contra-Bolívar. São a negação. São a não-pátria”<sup>5</sup>.

Também alimenta a polarização, o empenho do governo em sancionar, aproveitando a maioria parlamentar e sem adiantar processos efetivos de consulta. um conjunto de leis e de medidas que se orientam a impor a proposta política e institucional derrotada em 2007, no referendo de reforma à Constituição. O projeto político Socialismo do Século XXI termina impondo-se através de um andaime jurídico que lhe dá legalidade, mas que lhe retira legitimidade, por não ser o resultado de um amplo debate que termine ganhando vontade para avançar nesse projeto de país.

Por outra parte, as tensas relações com a República da Colômbia, além de justificar o gasto militar, é utilizada pelo governo para desqualificar a oposição e, particularmente, aos governadores dos estados fronteiriços de Táchira e Zulia, aos quais ameaçou com a abertura de um julgamento, avivando, desta maneira, ainda mais a polarização. Além disso, se encoraja um discurso a partir do alto governo que pretende identificar como antipatriótica toda a crítica à maneira como o Executivo Nacional conduz as relações

---

<sup>4</sup> Violência planejada: no dia 18.01.09 motorizados queimaram o carro do Presidente da Federação de Centros da UCV; no dia 1.01.09 desconhecidos dispararam contra o veículo do General aposentado Isaias Baduel; no dia 04.02.09 foi atacada, com bombas de gás lacrimogêneo, a sede da Nunciatura Apostólica; no dia 20.1.09 motorizados jogaram bombas na sede do Ateneu de Caracas, dissolvendo um fórum que se realizava no local; no dia 02.02.09 dispararam contra o militar dissidente Carlos Guyon; no dia 15.02.09 jogaram bombas molotov contra a sede da escola de trabalho social na UCV; no 19.05.09 um grupo de motorizados ingressaram na UCV, jogaram artefatos explosivos contra a sede do centro comunitário judeu, bombas de gás lacrimogêneo e queimaram um carro; bombas lacrimogêneas foram jogadas na Diretiva de Desenvolvimento Estudantil, na Universidade de Carabobo.

<sup>5</sup> MINISTÉRIO DO PODER POPULAR PARA A COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO: As linhas de Chávez nº 1.

com a Colômbia<sup>6</sup>. Apesar da preocupação e rejeição do governo à presença militar dos Estados Unidos na Colômbia, fato que tem contado com a rejeição de vários Estados da região, a política de criminalizar a crítica ao governo pelo gasto militar realizado e pela inadequada condução política das tensas relações existentes contribuiu para agravar a polarização.

## **2.-Indícios de retrocesso nas políticas sociais e nos impactos da luta contra a pobreza.**

As cifras oficiais indicam uma situação de estagnação em algumas áreas e de retrocessos em outras. Em informes anteriores, tínhamos assinalado que um dos aspectos positivos da gestão do governo do Presidente Chávez era a implementação de políticas dirigidas aos setores historicamente excluídos e que a consequência disto tinha sido a redução da pobreza. Preocupa, portanto, a piora de várias políticas sociais que vinham garantindo uma melhor distribuição da riqueza e conseguindo impactos favoráveis na satisfação dos direitos. Destacam-se negativamente, neste aspecto, as políticas no setor da saúde, particularmente na situação da Missão Bairro Adentro; o aprofundamento da crise em matéria de moradia e a aplicação de políticas econômicas de corte neoliberal com um impacto negativo nos setores de menores rendas.

No informe anterior, no trabalho especial intitulado *10 anos de políticas públicas no setor saúde*, expressamos que os indicadores para a avaliação do setor demonstravam que o sistema sanitário do país sofria uma profunda crise e que a Missão Bairro Adentro, o programa social bandeira do governo, apresentava uma franca deterioração. A advertência realizada não agradou a altos funcionários do Estado, os quais, durante vários dias, fizeram campanha para desacreditar o Informe<sup>7</sup>. *“Por aí saiu um informe da PROVEA, que, aos olhos de nosso povo, é uma idiotice. Merecem que, no momento em que o apresentaram, lhe caíam em cima a sapatadas também, por serem mentirosos e inventores”*. Ignoraram-se as recomendações que formulamos e, como consequência, a crise se aprofundou, obrigando, finalmente, o Presidente a admiti-las. No dia 20.09.09, ele falou: *“declaramos a saúde em emergência. Detectamos 2.000 módulos de bairro*

---

<sup>6</sup> José Luis Carrillo: *Relación con Colombia seguirá en el congelador*. Últimas Noticias, 31.08.09. Pág 12.

<sup>7</sup> Expressão usada pelo Ministro do Poder Popular para o Interior e Justiça Tarek El Aissami para questionar o informe. Aporrea (online) <http://www.aporrea.org/actualidad/n125658.html> 16.12.08

*adentro abandonados; sem médicos. Um descuido de todos; o fenômeno veio se apresentando e se tomaram medidas, mas nunca derrotamos o problema. A culpa é de todos”<sup>8</sup>.*

É importante destacar que, segundo as cifras do Sistema Integrado de Indicadores Sociais de Venezuela (Sisov), instância adicionada ao Ministério de Planificação e Desenvolvimento, o gasto público em saúde como porcentagem do PIB se reduziu em 66% entre o ano de 2007 e de 2008, ao passar de 4,40% para 2,91% do PIB<sup>9</sup>.

Corresponde tal situação ao fato que, desde 2006, se produz uma redução do gasto público social como porcentagem do PIB. De 21,75% no ano 2006, se reduziu a 18,60% no ano 2008. Porém, o gasto total social manteve a linha ascendente, que se produziu desde 1999. O gasto público em segurança social sofreu um leve descenso desde o ano 2006 ao passar de 4,91% para 4,51% do PIB. Igual ocorreu com o gasto público no desenvolvimento social e participação, ao passar de 2,53% no ano de 2006 para 2,07% do PIB no ano de 2008<sup>10</sup>.

Em relação ao direito à moradia, pelo décimo ano consecutivo, o governo não cumpre suas metas para satisfazer este direito humano. Ainda quando, no ano de 2007, o governo criou a Missão Villanueva com o fim de: *“substituir casas em condições precárias por modernas edificações com todas as facilidades de serviço”*, não se constata avanços na solução do déficit habitacional<sup>11</sup>. As cifras oficiais indicam que, em média de construção anual, o presidente Hugo Chávez ocupa o segundo lugar, depois de Romulo Betancourt (1959-1963), que teve média de 16.961 moradias por ano.

Da mesma forma que em outras políticas sociais, se constatou um retrocesso nos recursos destinados ao setor; durante o ano de 2008, o gasto público em moradia como porcentagem do PIB foi de 2,33%, o que significa o segundo ano consecutivo em queda depois de conseguir seu topo histórico de 3,79 no ano de 2006 para toda a última

---

<sup>8</sup> <http://www.laclase.info/nacionales/chavez-admite-cierre-de-modulos-de-barrio-adentro.20.09.09>).

<sup>9</sup> Sistema Integrado de Indicadores Sociais [online] <http://www.sisov.mpd.gob.ve/home/index.php> Consulta 01.11.09.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> Em 2007 o governo calculou o déficit habitacional em 2.800.000 moradias.

década<sup>12</sup>. Igualmente, também o indicador de Gasto Público em moradia como porcentagem do gasto social demonstrou retrocessos ao se localizar, para o ano de 2008, em 12,5%, tendo, por sua vez, no ano de 2000 a quantidade mais alta da década, com 17,7%. O declínio no investimento para garantir algumas políticas sociais contrastou com o crescente gasto militar. Em 2008 se executou um gasto de 1,98 milhões de dólares<sup>13</sup>.

Os indícios de retrocesso se expressam em outras áreas da vida econômica e social. Reflete-se um breve incremento da taxa de desemprego. Para agosto do ano de 2008, a taxa de desemprego era de 7,1 e, para o mesmo mês em 2009, era de 8,0. Desde o ano de 2004, as cifras oficiais indicavam uma queda constante no desemprego, situação que começou a se reverter ao longo do ano de 2009<sup>14</sup>.

Da mesma maneira, as cifras oficiais indicam uma estagnação nos avanços da luta contra a pobreza. Enquanto, por exemplo, do ano de 2004 ao de 2005, a pobreza se reduziu em 10,7%, ao passar de 53,1% para 42,4%, a redução da pobreza de 2007 a 2009 foi de 1,1%, ao passar de 27,5% para 26,4%. Um quarto dos lares do país se encontram na categoria de pobres<sup>15</sup>.

Por outra parte, as cifras oficiais também indicam que a crise econômica mundial impactou o país e produziu efeitos negativos na luta. Algumas medidas adotadas para enfrentar a crise foram indiscutivelmente regressivas e de claro conteúdo neoliberal. Ressalta-se o aumento do imposto ao valor agregado (IVA), ao passar de 9% para 12%, o que significa um aumento de 33,3%. Este tipo de imposto indireto afeta o consumo e não a riqueza, e resulta desigual, pois afeta em igual proporção as pessoas com rendas altas e as de rendas baixas. Por isso, todo aumento deste imposto é contrário a uma mais

---

<sup>12</sup> MINISTÉRIO DO PODER POPULAR PARA A PLANIFICAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO. SISTEMA INTEGRADO DE INDICADORES SOCIAIS: Gasto público em moradia como porcentagem do PIB [online] <<http://www.sisov.mpd.gob.ve/indicadores/VI0301200000000/>>. Consulta do dia 20.09.09.

<sup>13</sup> Eduardo Méndez Sánchez: *Gobierno destina anualmente 1,96 millardos de dólares a gasto militar*. El Nacional. 03.08.09 Pág. 4 nación

<sup>14</sup> MINISTÉRIO DO PODER POPULAR PARA A PLANIFICAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO. SISTEMA INTEGRADO DE INDICADORES SOCIAIS: <http://www.sisov.mpd.gob.ve/indicadores/>. Consulta setembro 2009.

<sup>15</sup> Idem.

justa distribuição da riqueza. Nesse sentido, o aumento do IVA constituiu um fato incoerente com o discurso oficial de confrontar a crise econômica minimizando os efeitos para os mais pobres, dado que é contrária ao mandato constitucional estabelecido no artigo 316, que obriga o Estado a desenvolver uma política tributária de caráter progressivo<sup>16</sup>.

Como agravante, a inflação continuou minando a capacidade dos mais pobres de melhorar suas condições de vida. As cifras oficiais indicam que, durante o ano de 2008, alcançou 30,9%, e a inflação dos alimentos, que é a que mais afeta a quem possui menos recursos, foi de 43%<sup>17</sup>. Tudo indica que o ano de 2009 fechará com uma inflação similar ou superior. O benefício de um aumento de salários de 20%, decretado pelo governo, não compensa a perda do salário real da população trabalhadora, com as consequências negativas que isto tem no núcleo familiar. Frente a isso, alguns especialistas opinaram:

*“O pacote de medidas de março 2009 resulta essencialmente fiscalista, insuficiente, desarticulado e carece da consistência mínima para prover crescimento e estabilidade econômica à Venezuela. É por isso que não conseguirá atenuar as pressões inflacionárias, nem a queda do salário real. Suas seqüelas serão percebidas pela população de forma mais evidente através do aumento dos preços dos alimentos e de outros bens e serviços, e da erosão do valor de compra das referências sociais”<sup>18</sup>.*

### **3- Mais visível a ineficácia na gestão pública.**

Na ocasião da sua reeleição como Presidente, no dia 03.12.06, o presidente Chávez expressou na sua mensagem pública: *“devemos redobrar os ganhos na batalha contra a contra-revolução e contra a corrupção”<sup>19</sup>*. Aprofundou-se nessa orientação, meses depois convocou seus partidários e equipe de governo para desenvolver a batalha “das

---

<sup>16</sup> Artigo 316, que: “O sistema tributário procurará a justa distribuição das cargas públicas segundo a capacidade econômica do ou a contribuinte, atendendo ao principio de progressividade, assim como a proteção da economia nacional e a elevação do nível de vida da população, e se sustentará por isso em um sistema eficiente para a arrecadação dos tributos”.

<sup>17</sup> Os economistas ante o país (online)  
<<http://www.pensarenevencuela.org.ve/publicaciones/economistas/>>12.05.09

<sup>18</sup> Ídem.

<sup>19</sup> Ver: PROVEA: Informe Anual outubro 2006-setembro 2007. Pág 21.

três R: revisão, retificação e re-impulso”. Era o reconhecimento por parte do governo de que a gestão pública padecia de falhas que requeriam um processo de análise e adoção de medidas para superá-las. “... muita vigilância, muita inspeção, muito esforço na luta contra a corrupção, as comissões, os desvios de recursos, a ineficiência, a burocratização e, sobretudo, muito poder para o povo. [...] Eu faço o chamado a todos para que derrotemos a ineficiência, o burocratismo”<sup>20</sup>. Dois anos e meio depois daquele discurso, no dia 15.02.09, em ocasião do discurso do triunfo do SIM à emenda constitucional, insistiu na convocatória para melhorar a gestão pública:

*“Quero que retomemos com força em todos os espaços do governo aquela política das 3R, revisão, retificação e re-impulso revolucionário a partir deste mesmo momento...[Assistentes aplausos] [...] Revisão, retificação e re-impulso para conseguir nestes quatro anos que restam deste período constitucional do governo, o mais alto grau de eficiência na gestão pública, o mais alto grau de eficiência no impulso do Projeto Nacional Simón Bolívar, nos planos do governo para solucionar os problemas do povo”<sup>21</sup>. Da mesma forma, outros funcionários do Estado têm demonstrado preocupação ante as deficiências na gestão pública. O Controlador Geral da República expressou: “O Plano Nacional de Moradia não é reflexo de um processo estruturado e global de planificação. Este instrumento deve ser o suficientemente exaustivo em relação á determinação das necessidades reais de moradia e da situação dos planos em desenvolvimento, para que os organismos executores nacionais, regionais, locais ou comunitários, não só levem adiante com eficácia os programas habitacionais, mas para que atuem de maneira coordenada e assim evitar duplicidades, dispersão de esforços, desvio de recursos e corruptelas”<sup>22</sup>.*

Também tem expressado a mesma preocupação grupos sociais de base e intelectuais que se identificam com o processo político que conduz o Presidente Chávez. O historiador Vladimir Acosta, uma das mais reconhecidas vozes do conjunto de

---

<sup>20</sup> ALÓ PRESIDENTE, programa N° 276 Fila de Mariches, estado Miranda Domingo, 18 de marzo de 2007.

<sup>21</sup> Discurso do Presidente Hugo Chávez no Balcão do Povo após o triunfo do SIM à emenda constitucional (online) <[http://www.parlatino.org.ve/paginas/sala\\_situacional/discurso15\\_02\\_09.htm](http://www.parlatino.org.ve/paginas/sala_situacional/discurso15_02_09.htm)> 15.02.09.

<sup>22</sup> Discurso pronunciado no dia 11.08.09 na Assembléia Nacional, na entrega do seu informe de gestão de 2008.



intelectuais que se auto-definem chavistas expressou o seguinte: *Burocracia, o processo tem experimentado uma escalada da burocratização e tem se perdido protagonismo popular. Elementos de corrupção são evidentes. Enfrentar este problema deve ser um objetivo. Paternalismo, o povo deve recuperar o protagonismo popular nas ruas, os setores populares têm se paternalizado e há muita passividade por derrotar. Ineficiência e ineficácia, incapacidade para resolver problemas fundamentais*<sup>23</sup>.

Em relação ao funcionamento de serviços públicos essenciais, tais como água, eletricidade e resíduos sólidos, entre outros, a Defensoria do Povo (DP) recebeu, no ano de 2008, 3.433 denúncias por irregularidades no funcionamento dos mesmos<sup>24</sup>. O descontentamento por esta causa constitui a segunda motivação de protesto social no país<sup>25</sup>. As medidas excepcionais implementadas pelo governo, que implicam cortes de luz programados em todo o país e cortes de água na Área Metropolitana de Caracas, realçaram o debate e a crítica à ineficácia e ineficiência do governo. Soma-se a dificuldade da situação do direito à segurança cidadã, respeito do qual, apesar do governo se esforçar em adiantar algumas medidas de caráter estrutural<sup>26</sup>, mostra também ineficiência e ineficácia para abordá-lo em suas múltiplas e complexas dimensões.

**4. Incremento do protesto social e da sua criminalização.** Até o ano 2004, o governo manteve uma política de tolerância e respeito ao protesto social. Apesar de alguns episódios esporádicos de violações aos direitos humanos no marco de manifestações, a orientação geral foi permitir que se desenvolvessem mobilizações e protestos e usar mecanismos de diálogo e conciliação, descartando-se o recurso de ocorridos

---

<sup>23</sup> ALO PRESIDENTE: (online) <<http://alopresidente.gob.ve/entrevistas/vladimir-acosta-el-proceso-llego-a-un-punto-de-inflexion.html>>

<sup>24</sup> ASSEMBLÉIA NACIONAL: *Defensora do Povo apresentou seu informe anual 2008* (online) <[http://www.asambleanacional.gob.ve/index.php?option=com\\_content&task=view&id=22849&Itemid=27](http://www.asambleanacional.gob.ve/index.php?option=com_content&task=view&id=22849&Itemid=27)>.13.08.09

<sup>25</sup> PROVEA-ESPAÇO PÚBLICO: Informe sobre as manifestações públicas janeiro-agosto 2009. (online) <[www.derechos.org.ve](http://www.derechos.org.ve)> 28.08.09

<sup>26</sup> Uma dessas medidas são os esforços orientados para conseguir que a Polícia Nacional seja respeitosa dos direitos humanos e consiga uma adequada relação com a comunidade, em um primeiro passo para transformá-las, já que são culpadas de 25% dos delitos que se cometem no país.

relacionados com as mobilizações prévias ao golpe de Estado de 2002 e ao “paro petrolero” desse mesmo ano, a abertura de julgamentos contra os líderes dos protestos tinham sido restringidas.

A partir do ano de 2004, se constatarem os primeiros indícios de uma mudança nessa política de tolerância e respeito, e, partindo da hierarquia do Poder Executivo e com o aval da sua liderança política, o presidente Chávez exortou a diversas instituições do Estado que adotaram medidas frente aos protestos qualificadas como “subversivos”. No informe anual 2004-2005, advertíamos:

“São motivo de alarme as modificações incorporadas ao Código Penal em sua reforma parcial, sancionada em março de 2005. Incorporaram-se ali artigos que evidenciam uma concepção claramente criminalizadora de modalidades de protesto que, apesar de apresentarem confrontação por ser notoriamente da vida cotidiana, não deixam de ser legítimas e têm sido recorrentemente utilizadas nos anos recentes, ante a inoperância das instituições de representação, mediação e resolução de conflitos na sociedade venezuelana. No dia 16.03.05, foi publicado na Gazeta Oficial Extraordinária Nº 5.763 o texto da lei de reforma do Código Penal, entrando em vigência, no artigo 357 se estabelece que os fechamentos de rua serão castigados com penas de prisão de 4 a 8 anos. Segundo o artigo 506, quem realizar “cacerolazos” será sancionado com multas de até 100 unidades tributárias, aumentando em até 200UT se houver reincidência. Além disso, se estabelecem penas de prisão de 3 a 4 meses, e incremento na multa se o “cacerolazo” for cometido contra algum funcionário dos poderes públicos. É importante destacar que, com os vizinhos detidos no protesto de Naiguatá, que resenhamos acima, quem tinha fechado a via em demanda de emprego, foi ameaçado com a aplicação dos ditos artigos 17. Além das modificações recentemente aprovadas, se encontra atualmente em discussão outra reforma, que no dia 21.06.05 foi aprovada em primeira discussão pela AN. A proposta contempla múltiplas modificações em 64 artigos do Código. Em um deles, o artigo 9, seção II, se propõe uma penalização física a qualquer ação de paralisação de empresas”. Também se reformou a Lei de Segurança da Nação e se promulgaram leis como a Lei para a Defesa das Pessoas no Acesso aos Bens e Serviços<sup>27</sup> e a Lei Especial de Defesa popular contra o “Acaparamiento”, o boicote e

---

<sup>27</sup> Gazeta Oficial número 37.930 de data 04.05.04. O artigo 56 da Lei estabelece: *Qualquer um que organize, mantenha ou instigue a realização de atividades dentro das zonas de segurança, que estejam dirigidas a perturbar ou afetar a organização e funcionamento das instalações militares, dos serviços*

qualquer outra conduta que afete o consumo dos alimentos ou produtos submetidos ao controle de preços, leis que atentam contra o direito de greve e o protesto dos e das trabalhadoras<sup>28</sup>.

A partir do ano 2006, e de acordo com o monitoramento realizado pela PROVEA, tem se produzido no país um incremento significativo do protesto social, principalmente da modalidade de fechamento das ruas e de mobilizações. De Outubro de 2006 a setembro de 2007, cresceram para 1763, e, em 2008, para 2893.

A atitude de respeito ao direito ao protesto começou a ceder e foi se implementando de maneira progressiva uma política repressiva que adquiriu diversas dimensões e formas. Desde um discurso criminalizador, que procurou desqualificar o protesto, tratando de vinculá-lo a planos conspirativos, até a abertura de julgamentos contra pessoas por exercer o direito de manifestar o direito à greve, levando ao uso da força pública para reprimir mobilizações, com mortos e feridos. No informe 2004-2005, expressamos nossa *“preocupação pelo avanço na criminalização do protesto que tem se manifestado nos dois últimos anos. Vizinhos, trabalhadores, estudantes, camponeses, têm sido submetidos a processos judiciais de natureza penal por participar em ações de exigibilidade de seus direitos, alguns destes são submetidos a longos períodos de apresentação em tribunais e outros são encarcerados. Estas pessoas, quase em sua totalidade de setores pobres, foram detidas após terem participado em manifestações, ocupações de prédios, ocupações de terras, greves. Posteriormente, são postos às ordens do Ministério Público, o qual procede a acusá-los em tribunais de controle”*<sup>29</sup>.

Na atualidade, para estimar o número de pessoas que permanecem sob regime de apresentação, calculado em 2240 pessoas, a PROVEA incluiu outras cifras, empregadas pelo Movimento Campesino Jira Jara, o qual se identifica com a orientação política do presidente Chávez, e tem denunciado que, até o dia 19.04.09, *“somaram-se 1.507 camponeses desmobilizados em regime de apresentação, acusados de invasores desde*

---

*públicos, indústrias e empresas básicas à economia social do país será punido com prisão de cinco a dez anos.*

<sup>28</sup> Gazeta Oficial número 38.628. de data 16.02.07. O artigo 24 desta lei estabelece: *Quem, conjunta ou separadamente, leve a cabo ações que impedem, de maneira direta ou indireta, a produção, fabricação, importação, coleta, transporte, distribuição e comercialização de alimentos ou produtos submetidos ao controle de preços serão sancionados com prisão de dois a seis anos, e com multa de cento e trinta 130UT a vinte mil unidades tributarias 20000UT.*

<sup>29</sup> Provea: Informe anual outubro 2004-setembro2005

que entrou em vigência, no ano de 2001, a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário<sup>30</sup>”, assim como informação fornecida por sindicatos e Conselhos Comunais.

Durante todo o ano de 2009, se constatou um incremento da repressão à luta social e o Ministério Público (MP) tem começado a solicitar aos tribunais medidas privativas de liberdade. Declarações de funcionários do Estado, de alta hierarquia, pareciam dirigidas a deslegitimar o protesto social e político, pretendendo, com isto, justificar as privações da liberdade. Um exemplo paradigmático se encontra em uma locução em um ato de campanha eleitoral pela emenda constitucional no dia 17.01.09, quando o presidente Hugo Chávez ordenou aos corpos de segurança lançar bombas de gás lacrimogêneo e usar os veículos antidistúrbios contra as manifestações protagonizadas pelo movimento estudantil. *“As ruas são do povo, não dos ricos. [...] Joguem neles gás e dissolvam qualquer “guarimba” [...] a partir deste momento, àquele que sair para queimar um morro, uma árvore, para trancar a rua, joguem-lhe gás e do bom, e prendam-no, se não o fizerem caio em cima dos chefes responsáveis, caio em cima de todos eles. [...] Os dirigentes disso, temos que detê-los todos. Dou a ordem de uma vez [...] o Chávez “pendejo” ficou em 2002”*<sup>31</sup>. É um fato sem precedentes nas últimas décadas em Venezuela, dirigentes estudantis apoiaram de maneira pública essa ordem de reprimir as manifestações. Robert Serra, dirigente juvenil do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), afirmou que a ordem do presidente de jogar *“gás do bom aos manifestantes”* era *“sua obrigação constitucional para exercer a autoridade e manter a ordem”*<sup>32</sup>. É importante destacar que a maior porcentagem de protestos diz respeito à exigência de direitos e rejeição à ineficiência dos órgãos e entidades do Estado, e que o protesto por motivações políticas não está nas primeiras quatro causas de mobilização. Porém, no marco da política de Estado de criminalizar a proposta, a mobilização com conteúdos políticos de caráter crítico ao governo foi qualificada por altos porta-vozes do Estado como de caráter conspiratório. No dia 28.08.09, a Fiscal Geral da República, Luisa Ortega Díaz, ofereceu umas declarações nas quais sugeria que as pessoas que manifestavam por razões políticas estavam relacionadas com atividades de conspiração. Textualmente assinalou: *“se estão fechando ruas, avenidas, impedindo o livre trânsito*

---

<sup>30</sup> Disponível em: <http://www.aporrea.org/desalambrar/n133121.html>).

<sup>31</sup> María Lilibeth Da Corte. *Chávez ordena reprimir y meter presos a quienes cierren las vías*. En *El Universal*. 18.01.09.

<sup>32</sup> *El Nacional* 25.01.09 Pág. 2

*dos venezuelanos, alterando a paz e a tranqüilidade pública, com tais ações, todos os que as executam, todos os que estão desenvolvendo estas condutas, estão atentando contra o governo constitucionalmente eleito*<sup>33</sup>”.

Além disso, ameaçou com processar judicialmente as pessoas que protestem “*Apesar de que o Ministério Público não vai permitir que isto continue. Quem alterar a tranqüilidade e a paz pública para produzir a instabilidade das instituições, desestabilizar o Governo, quem atentar contra o sistema democrático, vamos a solicitar-lhe seu julgamento, inclusive, não só dos autores materiais, senão também dos intelectuais*”<sup>34</sup>.

Como indicamos anteriormente, se constata uma tenacidade das ações repressivas contra o protesto, dada a sujeição das pessoas ao regime de apresentação, com a política de enviar as pessoas à cadeia. Em agosto de 2009, onze trabalhadores da Prefeitura Metropolitana de Caracas que participaram de uma manifestação exigindo reivindicações de natureza trabalhista, foram detidos e, posteriormente, enviados à cadeia da Planta, localizada na cidade de Caracas. Dois meses depois, e como consequência da intensa denúncia pública, lhes deram liberdade, submetidos a regime de apresentação em tribunais a cada quinze dias.

Um mês depois, em setembro, o dirigente estudantil Julio Rivas foi enviado à cadeia de Yare. Todos os delitos se lhe impugnam por ter participado de uma manifestação. A intensa mobilização estudantil exigindo sua liberdade, que incluiu uma greve de fome massiva de estudantes, produziu como resultado que, um mês depois, ele fosse posto em liberdade, seguindo o regime de apresentação em tribunais. Também se abriram julgamentos penais contra trabalhadores e trabalhadoras, assim como se realizaram medidas cautelares, ditadas por juízes penais de controle, proibindo expressamente aos dirigentes sindicais convocar assembléias e incitar à realização de paralisações e greves. Estas medidas constituem uma violação do artigo 95 da Constituição venezuelana, que garante o direito ao exercício das atividades de caráter sindical e são contrárias aos convênios 87 3 98 da Organização Internacional do Trabalho. Obstaculiza-se, assim, o trabalho dos defensores de direitos humanos que atuam no âmbito sindical e que são

---

<sup>33</sup> MINISTERIO PÚBLICO. Fiscal Geral anunciou que se solicitará o ajuizamento de quem altere a tranqüilidade e paz pública: (online) <[www.ficalia.gov.ve](http://www.ficalia.gov.ve)> 28.08.09.

<sup>34</sup> Idem.

colocados em risco de abertura de julgamentos penais se não obedecerem às ditas medidas cautelares.

Um setor importante de trabalhadores e dirigentes sindicais afetados com estas medidas tem se identificado de maneira pública como simpatizantes do governo e, inclusive, como militantes do Partido Socialista Unidos de Venezuela, partido dirigido pelo presidente Chávez<sup>35</sup>.

Alguns casos emblemáticos neste âmbito são:

O processo penal iniciado contra três dirigentes sindicais e nove trabalhadores de uma empresa de transporte, contratante da Siderúrgica do Orinoco (Sidor), os quais protagonizaram um protesto no dia 29.08.2006<sup>36</sup>. O Ministério Público qualificou os delitos de organização de grupos armados, contemplando o artigo 56 da Lei Orgânica de Segurança da Nação; além de apropriação indevida qualificada como instigação a delinquir, impedimento e coação ao trabalho, segundo os artigos 468, 283, 191 e 192, respectivamente, do Código Penal. O tribunal terceiro de controle de Puerto Ordaz concordou com as medidas cautelares de apresentação periódica cada 30 dias. Os trabalhadores estão há três anos submetidos a regime de apresentação.

Em maio de 2009, onze trabalhadores de uma empresa contratante da estatal Petróleos de Venezuela foram privados de liberdade como consequência de realizar uma tomada pacífica na sede do Ministério do Poder Popular para o Trabalho.

No dia 24.09.09, o Secretário Geral do Sindicato da empresa Ferromineira do Orinoco e dirigente médio do PSUV, Ruben González, foi privado de liberdade pelo CICPC. Posteriormente, o Tribunal Primeiro de Controle da Jurisdição Penal de Puerto Ordaz, estado Bolívar, ditou medida de prisão domiciliar contra ele por ter dirigido uma greve.

É importante ressaltar que toda esta política de Estado de abrir juízos penais a lutadores sociais, e particularmente sindicalistas, é possível pela falta de independência dos poderes públicos quem acolhem diretrizes emanadas pelo Executivo Nacional. Assim, a

---

<sup>35</sup> Trabalhadores de Sidor, PDVSA anaco e ferro-mineira, entre outros, têm declarado aos meios de comunicação serem militantes de PSUV.

<sup>36</sup> Esses trabalhadores respondem pelos nomes: Robert Mujica imputou a Juan Valor, Leonel Grissel e Joel Hernandez, integrantes do Sindicato de Trabalhadores Siderúrgicos e Similares (SUTISS); assim como os trabalhadores Richard Alfonzo, Osmel Ramírez, Argenis Gómez, Jorge Bello, José Medina, Bruno López, Luis Arzola, Alberto Infante e Julio Soler.

AN dita leis que afetam o direito à manifestação e à greve, o MP ordena a abertura de juízos, o Poder Judicial, em matéria penal, dita medidas de privação de liberdade ou obriga as pessoas a se submeterem a um longo regime de apresentação em tribunais e, finalmente, uma DP que se faz cúmplice por omissão ao não se pronunciar condenando dita política que nem atuando em defesa dos direitos violados.

Neste marco de crescente intolerância ao protesto pacífico, qualquer que seja seu caráter, organizações vinculadas à atividade sindical e organizações de direitos humanos iniciaram uma campanha pela defesa deste direito, com o lema “protestar não é um delito, é um direito”, colocando no debate público nacional a situação de criminalização do protesto, o que lhe dá visibilidade, mas ainda é feito pouco, e só por algumas organizações de direitos humanos<sup>37</sup>.

A resposta cidadã à criminalização se caracterizou por manter a denúncia à mesma e continuar o protesto. A repressão poderia intimidar alguns setores, talvez por algum curto período desmotivar o protesto, mas, enquanto se continue com altos níveis de ineficácia na gestão pública e as maiorias se sintam insatisfeitas suas aspirações e reclamações, o protesto se manterá e crescerá. A disjuntiva do governo estará em incrementar a repressão ou estabelecer canais efetivos para escutar as reclamações da população e responder à exigência de suas petições.

---

<sup>37</sup> <http://protestaroesundelito.blogspot.com/>